

CONTINUA A LUTA PELA DEMOCRACIA NA PUC-SP

** Para Consun Anna Cintra não é mais reitora da PUC-SP.*

** Professores obtém vitória histórica na Justiça do Trabalho.*

** Fundação descumpre decisão do Consun.*

** Comunidade impede Conselho ilegítimo.*

** Mobilização continua e greve é suspensa.*

FORA ANNA CINTRA!

Consun desconstitui a homologação da lista tríplice

Agora além de ilegítima posse de Anna Cintra é ilegal perante os estatutos da PUC-SP

Reunido na quarta-feira, 12/12, o Consun julgou o mérito do recurso impetrado pelo Centro Acadêmico 22 de Agosto, Cari e AFAPUC, que pedia a desconstituição da homologação da lista tríplice, aprovada pelo Consun e encaminhada ao Cardeal Dom Odilo, tendo em vista as atitudes da professora Anna Cintra, que assinou um documento com os estudantes e depois, solenemente, o descumpriu.

Os requerentes viram neste procedimento um ato de falta de decoro, segundo os estatutos e regimentos da PUC-SP. Desta maneira solicitavam ao Consun que revisse a sua decisão e anulasse a lista tríplice que indicou os nomes, por ordem de número de votos ponderados, de Dirceu de Mello, Francisco Serralvo e Anna Maria Marques Cintra ao cardeal.

O encontro só foi possível porque o juiz de direito Anderson Cortez Mendes da 4ª Vara Cível, expediu uma liminar garantindo a realização da reunião. Mesmo assim a burocracia da universidade, sob o comando espúrio da professora Anna Cintra, relutou em abrir as portas da sala 119-A, local onde se realizam os conselhos da universidade. Pelo texto da liminar o Consun deveria acontecer exatamente com a mesma configuração e quorum da reunião de 28/11, quando o conselheiro Vidal Serrano pediu vistas do recurso impetrado, suspendendo o encontro.

Mais uma vez em flagrante desrespeito com os seus representantes, os conselheiros que constituíam a base de apoio da professora Anna Cintra se ausentaram, na tentativa de impedir o quorum. Porém, na segunda chamada o número de conselheiros chegou a 22, suficiente para dar início à sessão.

MANIFESTO DO CONSUN

O conselheiro Marcelo Figueiredo, diretor da Faculdade de Direito, antes de iniciar-se o debate leu um documento, que submeteu à apreciação do plenário para que o texto fosse consagrado como um manifesto do Consun (veja íntegra nesta página), proposta que foi aprovada por unanimidade.

Os conselheiros iniciaram então o julgamento do mérito do recurso e, um a um, foram comentando a justeza do pedido, visto que o Consun foi enganado pela atitude da professora nomeada. "O Consun tinha certeza que o primeiro da lista tríplice seria nomeado e não imaginávamos o que hoje está acontecendo", afirmou o professor Marcos Masetto, da Faculdade de Educação. Já o professor Edson Passetti fez questão de elogiar a coragem dos proponentes da ação que garantiu o reestabelecimento da democracia na PUC-SP: "Vocês foram o máximo", afirmou o conselheiro.

Terminados os debates o plenário aprovou o recurso por 21 votos a favor e uma abstenção. A professora Haydée Roverati, que presidia a sessão, informou que a aprovação significava a desconstituição da decisão do Consun que homologou a lista tríplice e de todos os efeitos do ato de nomeação da professora. Ou seja, como a lista tríplice passa a inexistir, serão considerados nulos dos os efeitos de aceitação da professora.

GESTOR PRÓ-TEMPORE

Em seguida o Consun começou a votar os encaminhamentos para suprir a vacância temporária do cargo, até que

uma nova solução possa ser decidida. Aprovou-se então como sugestão para um diálogo com o cardeal, que o professor Marcos Masetto fosse conduzido às funções de reitor pro-tempore. Os alunos insistiram que o Consun também sugerisse, como

uma forma de diálogo, que o novo reitor fosse escolhido através de um novo pleito. Porém esta medida não foi votada.

O Consun proclamou-se em sessão permanente nos próximos dias para viabilizar diálogo com o Cardeal.

Manifesto do Consun

O texto abaixo, de autoria do professor Marcelo Figueiredo, foi aprovado no Consun de 12/12, como um manifesto daquele Conselheiro:

A PUC-SP, em respeito à sua identidade historicamente construída e os parâmetros constitucionais defendidos no art. 206 CF/88, tem claro que o ensino em geral e, em especial, o ensino universitário pressupõe a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, garantindo-se o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. Dessa maneira, a filiação religiosa de sua mantenedora jamais poderá suprimir a divergência de olhares e condicionar o livre pensamento que referenciam os princípios gerais da educação do País e que caracterizam a identidade de uma Universidade. As liberdades de pensamento, de crítica, de expressão e de pesquisa são direitos consagrados pela ordem jurídica

brasileira a todas as pessoas e conformam o *ethos* universitário, na medida em que são requisitos necessários à livre produção intelectual a qual qualquer universidade está comprometida como componente do sistema educacional nacional a que se condiciona.

Nesse sentido reafirmamos como órgão máximo da Instituição:

- autonomia universitária;
- liberdade intelectual;
- direito ao debate e ao pluralismo de ideias;
- liberdade de pesquisa;
- respeito às colegialidades das decisões a que estão vinculadas as universidades comunitárias;
- proibição de demissões por concepções ideológicas diferentes das defendidas pela mantenedora;
- respeito à tradição democrática e à liberdade de produção acadêmica de qualidade e do pensamento e debate plural.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira, 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua João Ramalho, 182, 7º andar – Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Roberto de Oliveira, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischorst

"Colchão humano" impede "Consun biônico"

Havia um Consun extraordinário marcado para quarta-feira, 12/12, que julgaria a validade da lista tríplice. Estavam todos sabendo em meio à comunidade acadêmica. Mesmo assim, Anna Cintra convocou os conselheiros para a sessão extraordinária do Consun um dia antes, terça-feira, 11/12, onde seria debatido o planejamento financeiro de 2013.

Diante disso, e da informação que a reitora nomeada pelo Cardeal não viria e por isso enviaria seu vice-reitor, José Eduardo Martinez, o movimento grevista se articulou para impedir a realização desse "Consun biônico", como ficou conhecido entre os manifestantes - ou seja, um Consun para o qual parte dos conselheiros, aqueles ligados à chapa "A Puc Vale a pena", não foram eleitos por sufrágio, mas indicados por D. Odilo.

Estudantes e professores formaram um colchão humano e impediram os representantes da nova gestão de entrarem na sala 119A, onde tradicionalmente acontecem as reuniões do órgão de deliberação máxima da universidade.

Eles fizeram um cadeirão em frente às duas portas de acesso à sala do Consun, passaram uma fita isolante nas portas, interditando simbolicamente o lugar, e projetaram vídeos com momentos diversos, como depoimentos de Anna Cintra à época das eleições e atividades da greve.

Assim que as professoras Maria Margarida Cavalcanti Limena e Maria Amália, respectivamente nomeadas pró-reitoras de Graduação e Pós-graduação, chegaram ao primeiro andar, foram recebidas aos gritos de "Golpistas, golpistas, não



Estudantes e professores formam "colchão humano" para impedir realização de Consun convocado às pressas. Ao lado, sessão do Consun realizado quarta-feira.

MARINA DAQUINO

passarão!", "Hoje não tem Consun" e "Deita no chão, quem é contra a Fundação".

E foi dessa forma que elas permaneceram por mais de trinta minutos. Ilhadas pelos corpos estendidos do movimento grevista. Ao

lado somente da segurança patrimonial da universidade. Quando saíram, foram acompanhadas em marcha por diversos manifestantes, que gritavam sua indignação contra mais uma tentativa do grupo liderado por Anna

Cintra de desconsiderar a vontade geral expressa nas assembleias e no próprio Consun de 28/11, em que os estudantes entraram com a liminar pedindo a suspensão da lista tríplice e o julgamento de mérito do processo.

Dom Odilo ignora a Justiça e a vontade da comunidade

Em um desrespeito flagrante à vontade da comunidade e à própria Justiça, Dom Odilo Scherer divulgou nota à imprensa onde afirma que "sendo a PUC-SP uma universidade comunitária-privada, somente o grão-chanceler, como instância de deliberação máxima, tem poderes para revogar a nomeação da reitora". O argumento do Cardeal é falacioso, uma vez que estatutariamente o pronunciamento do cardeal só pode

se dar sobre uma lista tríplice e, na medida em que o Consun desautorizou a lista, por falta de decoro da candidata nomeada, o Cardeal não tem como se pronunciar.

Por outro lado a Igreja procura jogar com o impasse, ao invés de trilhar o caminho do diálogo proposto pelo Conselho, reafirmado pela comunidade, e desrespeita a decisão judicial, assim como professores, estudantes e funcionários da

universidade.

Ouvidos pelo **PUCviva**, os estudantes de Direito, proponentes da ação julgada pelo Consun, mostraram-se preocupados com os desdobramentos da "gestão" Anna Cintra, pois todos os atos passados e futuros por ela praticados como reitora, depois da decisão do Consun, serão considerados nulos, prejudicando sobremaneira a vida acadêmica e administrativa da universidade.

Ato pela Democracia marca um mês do início das mobilizações na PUC-SP

No dia em que o movimento grevista conseguiu mais uma vitória com a histórica decisão do Consun (ver matéria na página 2), professores, estudantes e funcionários realizaram um ato político na quarta-feira, 12/12, na quadra do campus Monte Alegre.

O ato reafirmou a defesa da autonomia e democracia universitária, repudiou a nota pública da Fundação São Paulo (ver matéria na página 3) em relação ao referido Consun e começou a preparar o terreno de luta para o próximo período.

Um dos primeiros a se pronunciar, Nalcir Antônio, presidente da AFAPUC, colocou a necessidade da comunidade acadêmica formular sua independência frente à Fundasp, traçando um plano de gestão compartilhada.

CULTURA DE GREVE

Em seguida, Beatriz Abramides, diretora da APROPUC, ressaltou a construção da "cultura de greve". Segundo ela, as aulas, as assembleias, os atos públicos e as demais atividades da greve, foram permeadas de criatividade e ensinaram, ao longo de um mês, mais do que é possível se fazer em todo um ano letivo.

Abramides ainda lembrou que há exatos um mês, em 12/11, o Cardeal nomeou Anna Cintra acreditando que não viria nenhu-



MÔNICA RAMOS

Da esq. para dir., sentados, mesa composta por Luciene Sudré, Rodolfo Vianna, Bruno Simões e Nalcir Antônio. De pé, o deputado estadual Carlos Giannazi demonstra apoio aos grevistas

ma resposta à altura da comunidade. "Ele tentou dar um golpe sujo nomeando Anna Cintra na antevéspera de um feriado prolongado. No dia seguinte, mobilizada pelos estudantes, a PUC-SP entrou em greve geral", afirmou.

Já Priscilla Cornalbas, também diretora da APROPUC, informou aos presentes o parecer favorável ao movimento grevista expedido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (ver matéria na página 4). Ela ainda interpretou o significado político da nota pública da Fundasp, que ratifica a nomeação de Anna Cintra. Segundo Cornalbas, a PUC-SP hoje, na prática, não tem um reitor legal e legitimamente instituído, o que torna Anna Cintra uma

interventora externa da universidade, representante de interesses exógenos à comunidade acadêmica. "A PUC-SP não é Fundação e a Fundação não é a PUC-SP", finalizou.

CONVIDADO A DEPOR

O deputado estadual Carlos Giannazi, do Psol, informou que havia convocado Dom Odilo a prestar depoimento na Comissão de Educação da Câmara, assim como se comprometera no ato público em que esteve presente, realizado na Av. Paulista, já que "a universidade é uma concessão do Estado, recebe isenção fiscal e dinheiro público, e por isso precisa prestar esclarecimento à sociedade". Giannazi, no entanto,

lamentou o pedido de vistas ao processo do presidente da Comissão de Educação, Simão Pedro (PT). Ele encerrou pedindo ao movimento grevista que lote a caixa de e-mail do deputado petista para que ele desobstrua o processo e convoque Dom Odilo a depor.

Ao final, os professores Elias Novelino, dept. de Jornalismo, e Áquilas Mendes, da Economia, centraram suas análises nas perspectivas para o movimento. Novelino propôs que o corpo docente se articule para ministrar aulas conjuntas ao início do ano sobre a greve geral. Já Mendes falou da importância de manter as instâncias do movimento e a mobilização para o próximo semestre, mesmo com a suspensão da greve.

Professores discutem continuidade do movimento e suspendem a greve

Duas assembleias marcaram a semana dos professores em meio à crise da PUC-SP. Na quarta-feira, 12/12, os docentes reuniram-se na sala 333, pouco antes do início do ato público pela democracia, e após ouvirem o relato do Consun realizado pela manhã e o informe da vitória dos trabalhadores da PUC-SP no Tribunal Regional do Trabalho, decidiram continuar a sua mobilização contra a nomeação ilegítima (e agora ilegal) da professora Anna Cintra. Também foi aprovada a suspensão do movimento grevista no dia 13/12, quando seriam dados os encaminhamentos para novas etapas.

Na assembleia do dia seguinte, 13/12, os professores foram surpreendidos com a atitude autoritária da professora Anna Cintra, que ordenou a seus assessores, Maria José Pinheiro França (Diretora imposta do campus Monte Alegre) e Rosana Nunes dos Santos, Pró-Reitora imposta de Cultura e Relações Comunitárias, Culturais e Comunitárias, que fechassem a sala onde seria realizada a assembleia. Maria José informou ao *PUCviva* não saber exatamente as razões da medida,

mas que momentaneamente todas as salas do campus não poderiam abrigar assembleias da comunidade.

Os professores repudiaram o ato autoritário de uma reitoria que se proclama aberta ao diálogo e, na sequência, iniciaram o balanço do movimento. Para os docentes o resultado do movimento foi extremamente positivo, devolvendo aos professores, funcionários e estudantes o vigor de uma consciência crítica que a reitora imposta juntamente com o cardeal Dom Odilo Scherer queriam amordaçar. A saída da greve foi vista não como uma imposição do TRT, mas como uma vitória do movimento que mobilizou a PUC-SP e a opinião pública nacional contra o arbítrio que se queria instalar na universidade.

A professora Marijane Lisboa leu uma carta que a assembleia aprovou por aclamação, dirigida ao cardeal, solicitando o diálogo com o Grão-Chanceler (nos próximos dias estaremos publicando a íntegra do documento).

A seguir foram discutidos os encaminhamentos do movimento que reproduzimos abaixo.

Tribunal do Trabalho garante vitória histórica para trabalhadores da PUC-SP

O julgamento da greve dos professores da PUC-SP obteve uma decisão favorável por parte do Tribunal Regional do Trabalho. Em primeiro lugar a greve não foi considerada abusiva pelos desembargadores. Ao contrário, os magistrados reconheceram que houve um motivo claro para a manifestação da repulsa dos docentes, portanto não há como aplicar o formalismo da lei de greve ao movimento.

Para os magistrados a greve foi uma manifestação política, decorrente da quebra do consenso da comunidade: "quebrou-se a história da universidade", disse um dos desembargadores.

Mais: O Tribunal deliberou que não há que descontar os dias parados e os professores farão as reposições desses dias, de acordo com seus cronogramas. Embora a Fundasp, de uma maneira desesperada, afirme em seu site que os trabalhadores não ganharam a garantia de estabilidade, na prática a decisão do Tribunal garantirá a estabilidade, uma vez que a Fundasp não poderá demitir professores e funcionários, pois o Tribunal

determinou clara e explicitamente que caso isto ocorra a partir do julgamento a dispensa poderá ser considerada discriminatória.

Também a multa anunciada pela Fundasp é falaciosa pois ela só poderia ser aplicada se os professores não voltassem a trabalhar a partir de 13/12.

Finalizando, os desembargadores consideram o voto do relator uma decisão histórica, tendo em vista a posição de não considerar abusiva a greve de caráter político. Os magistrados indicaram também que esta decisão faça parte dos anais do TRT. Uma frase dos magistrados resume bem o que foi o julgamento: "A PUC-SP não é a Fundasp e a Fundasp não é a PUC-SP".

A Fundasp emitiu nota distorcendo as conquistas dos trabalhadores e ameaçando com represálias, atitude típica daqueles que, ao invés do diálogo alicerçam sua conduta em práticas autoritárias.

A íntegra do Acórdão está prevista para ser publicada neste início de semana e estará à disposição dos docentes no site da APROPUC.

As propostas aprovadas

Propostas gerais

- 1) Reafirmar o permanente estado de mobilização da categoria;
- 2) Manter os professores informados no período de férias;
- 3) Ampliar o apoio externo ao movimento;
- 4) Preparar um calendário para o reinício das aulas que contemple:
 - a) Texto aos calouros explicitando as razões do movimento
 - b) Organização de uma calourada unificada independente de qualquer ingerência da reitoria nomeada;
 - c) Marcar a assembleia de retorno às aulas;
- 5) Encaminhamento de comissão que juntamente com funcio-

nários e estudantes e membros do Consun possa negociar com Dom Odilo;

- 6) Salientar a preocupação de que a acefalia da reitoria nomeada pode causar altos danos à universidade.

Propostas pedagógicas

Foi aprovado como princípio geral que nenhum aluno poderá ser prejudicado em sua avaliação em virtude de sua participação no movimento; defendeu-se a autonomia de cada curso na elaboração de suas reposições e avaliações, porém estipularam-se alguns princípios que serão sistematizados e publicados ainda nesta semana.

Anna Cintra não colherá as batatas

José Arbex Jr.

Que ninguém se iluda: estamos no meio de uma guerra sem quartel na PUC. E quem declarou a guerra - ou melhor: quem aceitou emprestar a face aos que declararam a guerra - foi a professora Anna Cintra. O primeiro passo foi dado por ela na edição do *PUCviva* de 16 abril, quando concedeu a sua hoje sinistramente famosa entrevista que lançou prematuramente a sua candidatura à Reitoria. Anna Cintra explicitou, então, o "seu" projeto: "Em primeiro lugar, pode-se discutir tudo. Mas, com relação a determinados assuntos, temos que entender que a PUC é da Igreja. (...) Não há tema que não possa ser discutido, mas os princípios da Igreja têm que ser respeitados. Mesmo porque, há um documento do Vaticano para ser respeitado."

Anna Cintra quer transformar a PUC, portanto, numa universidade efetivamente católica. Mas aqui começam os problemas: o que significaria isso, exatamente? Vamos imaginar que essa questão seja posta a uma reunião de católicos convocados para debater o tema. Participam d. Pedro Casaldáliga, Leonardo Boff, representantes dos Movimentos das Católicas pelo Direito de Decidir e, claro, d. Odílio Scherer, Anna Cintra, e um representante direto do Vaticano. Não haveria qualquer acordo, e

muito menos unanimidade possível.

Talvez o único grande consenso (tampouco unânime) seria o de que um bom católico, como qualquer ser humano dotado de espinha dorsal, jamais deveria assinar publicamente, de livre e espontânea vontade, um compromisso que não es-

didatos contemporâneos a Tomás de Torquemada.

E, finalmente, Anna Cintra declarou uma guerra às instituições republicanas brasileiras. Como nota Vladimir Safatle, em artigo publicado na Folha de S. Paulo, em 11.12: "No interior da República, não há espaço para universi-

co que exige, para tanto, a garantia de que valores fundamentais para a formação livre serão respeitados. Se a igreja percebe a PUC como um instrumento de defesa de seus valores, então não há razão alguma para ela fazer isso com dinheiro do Estado, já que seus cursos de pós-graduação recebem dinheiro público via agências de fomento."

A roupagem religiosa do discurso de Anna Cintra oculta a outra face de seu projeto: resolver a crise econômica com métodos administrativos que exigem o fim do debate e da democracia. Apenas a paz dos cemitérios permitiria impor um programa de novas demissões, de junções arbitrárias de salas de aula para diminuir o número de turmas, criar novas formas de "maximização". É o que Maurício Tragtenberg qualificaria como a vitória suprema da "delinquência acadêmica".

Basta um breve exercício de memória para revelar o que anuncia o "projeto Anna Cintra": mesmo nos tempos nada brilhantes da reitora Maura Veras, quando foram demitidos centenas de professores e funcionários, ainda havia certa distância, pelo menos retórica, entre a vontade da reitoria e a da Fundação São Paulo. Até hoje não sabemos ao certo, por exemplo, quem produziu a lista das demissões de 2006, nem quais foram os crité-

Mas não se trata, aqui, de uma guerra entre "católicos" e "não católicos", pois uma boa parte dos católicos - a imensa maioria dentro da PUC, como demonstra o vasto e admirável repúdio à tentativa de golpe - se sente muito mais representada pela tradição de Casaldáliga e Boff do que pelos candidatos contemporâneos a Tomás de Torquemada.

tivesse disposto a cumprir. Menos ainda se esse católico pretende ser um educador. Ou vale tudo por um cargo? Que coisa feia! Que mau exemplo para o catolicismo e para a moral pública!

Anna Cintra declarou guerra às tradições mais caras à democracia na PUC, incluindo, centralmente, a prática da autonomia universitária e a da liberdade de cátedra. Anna Cintra sonha com implantar a mordça, em nome do Vaticano. Mas não se trata, aqui, de uma guerra entre "católicos" e "não católicos", pois uma boa parte dos católicos - a imensa maioria dentro da PUC, como demonstra o vasto e admirável repúdio à tentativa de golpe - se sente muito mais representada pela tradição de Casaldáliga e Boff do que pelos can-

dades católicas, protestantes, judaicas ou islâmicas, mas universidades dirigidas por católicos, dirigidas por protestantes etc., o que é algo totalmente diferente. Uma universidade não existe para divulgar, de maneira exclusiva, valores de qualquer religião que seja. Ela admite que tais valores estejam presentes em seu espaço, mas admite também que nesse mesmo espaço encontremos outros valores, pois só esse livre pensar é formador do conhecimento. Se certos setores da igreja não querem isso, principalmente depois do realinhamento conservador de Bento 16, então é melhor que eles se dediquem à gestão de seminários. A universidade, mesmo particular, é uma autorização do poder públi-

continua na
próxima página

continuação da
página anterior

rios adotados na ocasião. A reitoria atribuía a responsabilidade à FSP, e esta alegava apenas ter acatado as decisões da reitoria. Tal distância não existiria com Anna Cintra no poder. Ela já faz aquilo que a FSP determina, mesmo que, para isso, tenha que colocar a sua própria dignidade no altar do sacrifício. E por isso, apenas por isso ela foi escolhida pelo grão chanceler.

Estamos, portanto, no meio de uma guerra declarada por Anna Cintra. Não fomos nós - a imensa maioria dos professores, estudantes e funcionários (ainda que temerosos de represálias, caso manifestem publicamente seus

sentimentos) -, não fomos nós que escolhemos a guerra. Nós elegemos o reitor, e esperávamos tranquilamente que tomasse posse e conduzisse a sua nova gestão dentro dos parâmetros normais da PUC. Fomos atacados de surpresa pela decisão de d. Odílio.

Mas eles foram tomados de surpresa muito maior pela reação de repúdio visceral que causaram na comunidade. Até mesmo muitos daqueles que votaram em Anna Cintra hoje declaram publicamente seu desconforto, quando não condenam de forma veemente suas atitudes. Raramente se viu o Tuca tão lotado como na quarta-feira, dia 21 de novembro, quando a PUC optou pela continuidade da greve até derrotar o golpe. Raramen-

te se viu uma comunidade tão unida, solidária, feliz ao perceber a explosão e a comunhão do sentimento democrático. Foi um sentimento familiar àqueles que participaram das imensas manifestações do Movimento Diretas Já, em 1984.

Inversamente, nunca se viu uma suposta reitora tão isolada, repudiada, alheia aos destinos da própria comunidade que pretende governar. Anna Cintra declarou uma guerra que não pode vencer, num sentido muito preciso: caso o "seu" projeto emplaque, ela não governará a PUC, mas sim os seus escombros, não seria a primeira em Roma, mas a última na aldeia. Nesse caso - altamente improvável - Anna Cintra terá plantado a guerra, apenas para colher batatas. Mas

ela não pode vencer. Em nome dos valores da República, nós - católicos ou não - não vamos permiti-lo. Nós que de fato amamos a PUC, e que respeitamos por isso a maravilhosa diversidade religiosa, política e ideológica que habita os seus espaços - amplos o suficiente para acolher de Cintras a Tragtenbergs -, nós não podemos aceitar a sua liquidação. Até porque, a PUC é parte simbólica do patrimônio público nacional, por sua história, por seu lugar cultural, político e moral. Não: Anna Cintra não colherá sequer as batatas.

José Arbex Jr. é chefe do Departamento de Jornalismo

Meninos e meninas em greve num dia de Consun

Luiz Augusto de Paula Souza (Tuto)

Alguns deles perguntaram com ironia, pelo cartaz e para fazer cartaz, qual seria o cargo, e eu que peço: não inventem mais encargos além daqueles muitos que já são os meus.

Eles, todos lindos, jovens, peremptórios e na maior, e eu ali vendo a aguda vontade que têm (vontade temos todos) de que as coisas sejam do jeito que gostariam que fossem ou não fossem, não necessariamente como são. Eu ali reparando, na cena política, como às vezes é duro encarar a alteridade, o país estrangeiro que é o outro; duro para mim, duro para eles.

Um menino ou menina

virtual (não sei bem, o perfil é falso), na página da rede social que quer democracia, não aguentou a diferença e a sentenciou: golpista! Um outro, na mesma linha e na sequência, ofereceu suposta alternativa: retratação! Nesses pedaços, daquela página, nada de democracia. Também ali as coisas são como são, porque "a reta é torta", a democracia imperfeita, construção cheia de arestas: nem valor abstrato, nem monopólio, menos ainda certeza prêt-à-porter.

Eles na sala do Conselho, cheios de bossa, protagonistas da cena, com dedo em riste pelo estandarte que, categóricos, defendem. E eu ali pensando: para sair da enalacrada, os

polos anjos e demônios, nos quais agora se fiam, em nada ajudam, reduzem. Mas, e daí? Com hormônios a toda, auge da ilusão de imortalidade, as certezas parecem certas. E eu ali, diante do necessário movimento, querendo conversa e saída, nada de guerra, só combate entre, forças esposando forças. E eu ali, também iludido, querendo o impossível, uma vez que aquela cena fora montada para um combate contra, negociações virão depois, se vierem, quem sabe.

Eles, jovens, deliciosamente contestadores e irreverentes, o que não os vacina contra velhas ideias, batidos clichês. Reivindicam o novo, mas na atual política da universidade

precisariam inventá-lo. Talvez ainda não tenham se dado conta que querer o novo, por si só, não é antídoto a certos anacronismos e reducionismos da política, presenciais e/ou virtuais. Sem invenção, estão (estamos) no velho jogo, que campeia. E eu ali contando as horas, querendo que a energia que exalam inspire algum alento, mas sem certezas.

(o tal Tuto, como um deles me chamou)

Luiz Augusto de Paula Souza é diretor da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde.

FALA COMUNIDADE

Práticas fascistas rondam a PUC-SP?

Após desrespeitar eleições, conselhos, intimidar alunos grevistas e ignorar reivindicações e termos firmados publicamente, "nova reitoria" vem arrancando cartazes pela madrugada. Só falta implementar o exercício coercivo para que o ciclo se complete.

Cauê Ameni

No Consun realizado no dia 28/11, o conselheiro Tuto de Paula Souza, da Faculdade Ciências Humanas e da Saúde, alegou a existência de uma série de práticas microfascistas no movimento que vem contestando a nomeação da terceira candidata, dando como exemplo, no campo simbólico, o ato do Tribunal Popular. Pois bem, longe de ser um conhecedor do tema, mas no papel de um atento observador, também tenho me preocupado com tais práticas ao assistir as recentes atitudes da "nova reitoria" na insistente tentativa de se legitimar a qualquer custo. O grupo que hoje assina como coletivo PUC Vale a Pena vem fertilizando um terreno com práticas autoritárias, não apenas no campo simbólico - como do movimento -, mas no campo real das práticas. Esta nova conduta interna rompe por completo as práticas de outrora, onde os valores políticos salientaram um virtuoso histórico a esta

instituição e uma combativa biografia a estes professores.

A analogia ao fascismo pode parecer exagerada a um observador estrangeiro, mas guardados as devidas proporções, pode se notar certas similitudes contextuais e práticas intimamente convergentes.

Retomando brevemente a história, é bom lembrar que a doutrina fascista - assim como a nazista - encontraram alicerce legais e apoio religioso (Tratado de Latrão, 1929, por exemplo) para se constituir como força política em meio à crise econômica. Orbitando no campo da extrema direita e com base moral calcada na concepção ética de uma vida "séria, austera, religiosa" (ideias fundamentais do fascismo, anexo 4), o fascismo surgiu na Itália, no começo do século XX, para salvá-la do complicado período pós-guerra. A palavra "fascismo" deriva de fascio, se refere a um feixe coeso de varas de bétula amarradas, simbolizando a inquebrável força da união de um pequeno grupo. Entendia-se que a finalidade do Estado

deveria ser superior à soma dos indivíduos que o compõem, suprimindo e perseguindo qualquer potencial político divergente.

Na última semana, a atual "reitoria" ordenou a Higilimp (encarregada da limpeza) que arrancasse todos cartazes pela madrugada (5h), após atropelar o resultado das urnas, ignorar os protestos, intimidar alunos e funcionários grevistas e rechaçar a decisão do Conselho Universitário (Consun), órgão máximo de consulta e deliberação da universidade.

Tal comportamento me parece rondar próximo das práticas fascistas, se não for neste caso, a própria ideia contextualizada num cenário universitário, faltando apenas o exercício da coerção e o clamor das massas.

Ao analisar o clássico livro escrito por Delleuze e Guatarri, o Anti-Édipo, em seu texto Introdução à uma vida não fascista, Michel Foucault enxergou um conjunto de práticas fascistas presente fora do histórico fascismo de Hitler e de Mussolini, mas

presente "em nós todos", e que segundo eles "martela nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar esta coisa que nos domina e nos explora". Além do que, o professor Acácio chamou de uma explícita patologia pelo poder, a comparação fica ainda mais nítida quando o "coletivo de professores" evoca o medo da suposta intervenção para imediatamente se colocarem a serviço desta mesma ameaça, a fim de justificar seu "messiânico" projeto.

Não sabemos onde nem como essa crise política acabará, mas é bom ficarmos atentos enquanto discutimos soluções para que o ciclo de condutas autoritárias não se coadune num cotidiano regado por práticas fascistas, afinal muitos elementos já se mostram presentes e o coletivo de professores aparentemente desconhecem os seus traços.

Cauê Ameni é estudante de Ciências Sociais

ASSEMBLEIA GERAL DOS ESTUDANTES

DISCUSSÃO SOBRE A SUSPENSÃO DA GREVE E PERSPECTIVAS

**SEGUNDA-FEIRA, 19H, NA QUADRA DO CAMPUS MONTE ALEGRE
(OBS: EM CASO DE CHUVA, A ASSEMBLEIA SERÁ REALIZADA NO CORREDOR DO SERVIÇO SOCIAL,
AO LADO DA LIVRARIA EDUC, NO TÉRREO DO PRÉDIO NOVO)**



ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS ADM DA PUC/SP
AFAPUC

SEXTA-FEIRA
DEZEMBRO
2012

ART. POR NADIA SK VIEIRA

JÁ QUE O MUNDO ACABA HOJE, QUE SEJA EM FESTA!

FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO

AFAPUC 2012

Grupo Santana

Shows com

A partir

End. Rua Voluntários da Pátria,
1653. Santana - São Paulo/SP

Grupo Casual e Magia Sertaneja

NÃO SERÁ PERMITIDO O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS PARA MENORES DE 18 ANOS



*Os associados, dependentes e convidados, deverão retirar os convites da festa na secretaria da **AFAPUC** até dia **20/12/2012** em horário comercial.

**A IDENTIFICAÇÃO É OBRIGATÓRIA, E NÃO SERÁ PERMITIDO A ENTRADA NA FESTA SEM OS CONVITES.
Informações: (011) 3670-3391 - com **Glace**.

Aulas públicas agitam PUC-SP em dezembro

A comissão de greve organizou diversas atividades na PUC-SP, mostrando que o movimento não pararia em razão do início de dezembro. Na tarde do dia 11/12, na Prainha, foi organizada uma oficina com o Grupo de Teatro do Oprimido da Garoa, com o tema "Torquemadas: Resgatando Memórias da Opressão do Passado ao Presente" que discutiu a violência que vem ocorrendo contra a juventude pobre e negra nas periferias do país. Logo em seguida, conectada ao tema da encenação, aconteceu uma aula-debate sobre "América Latina e a repressão policial", com a participação de Carolina Ojeda Marulanda (Agenda Colômbia-Brasil), Camila Ribeiro Leite (acadêmica do curso de Psicologia) e Adria-



FOTOS MARINA DAQUINO

Acima, à esquerda, debate sobre "América Latina e a repressão policial". Acima, à direita, aula pública sobre "Feminismo e luta contra os poderes". Ao lado, oficina de Teatro do Oprimido

na Eiko Matsumoto (profª do Depto de Psicologia Social da PUC-SP). Na ocasião também ocorreu o lançamento do livro "Mães de Maio, Mães do Cárcere: a periferia grita". À noite, no Pátio da Cruz,

uma aula pública, cujo tema "Feminismo e luta contra os poderes", contou com a presença de Bia Tragtenberg discutindo a importância de Louise Michel durante a Comuna de Paris. Já a outra

componente da atividade, Julia Oliveira, mestranda em História pela Unicamp, falou sobre "Femicídios e Feminicídios", ou seja, sobre as diversas formas de violência contra a mulher.

Apoios ao movimento continuam chegando

Na semana que o movimento completou um mês, os grevistas receberam mais apoios de diversas entidades e pessoas, como Vilma Lopes, coordenadora do Espaço Cultural Latino-Americano, a professora Cristina Brites (do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense), estudan-

tes do Centro Acadêmico Toca Da Onça, do curso de Economia da Universidade Federal de São Carlos (campus Sorocaba), Antonio Ozai (professor e diretor da Revista Espaço Acadêmico), Caio Navarro de Toledo (Unicamp), Elizabete Borgianni (editora da área de Serviço Social da Editora Cortez).

Deputado faz pronunciamento na ALESP sobre a PUC-SP

O deputado estadual Carlos Giannazi, do Partido Socialismo e Liberdade (Psol), pronunciou-se na tribuna da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo pedindo que o cardeal Dom Odilo Scherer se apresente para dar explicações sobre sua decisão em relação ao futuro da universidade, e se

colocou à disposição para organizar uma audiência pública "juntamente com os alunos, professores e funcionários para que a gestão democrática da educação seja mantida na PUC-SP". O vídeo do pronunciamento pode ser visto no canal do deputado no YouTube, em <http://migre.me/cmMd5>.

Vladimir Safatle comenta laicidade na educação

Entre todos os jornais, rádios e sites que noticiaram as movimentações da PUC-SP durante a última semana, o filósofo e colunista da Folha de S. Paulo Vladimir Safatle se destacou por, ao invés de debater apenas a questão intrínseca à Pontifícia, escrever um texto em resposta a Dom Odilo Scherer, no dia 11/12, comentando a importância de diferenciar universidades católicas (ou de outra religião)

e universidades dirigidas por católicos. Segundo o professor da USP, "no interior da República, não há espaço para universidades católicas, protestantes, judaicas ou islâmicas, mas universidades dirigidas por católicos, dirigidas por protestantes etc., o que é algo totalmente diferente". O texto de Safatle pode ser conferido em sua coluna online no site da Folha em <http://migre.me/cmMet>.

Durante as férias atualize-se com as principais notícias da crise da PUC-SP e dos movimentos sociais acessando o site www.apropucsp.org.br